NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 31/Mai

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 1747 | 2017

Projeto de Lei "Vigilante 24 horas" é aprovado no Maranhão

Defendido pela CNTV, Projeto que garante mais segurança e geração de empregos está se espalhando por todo o país

Trabalhadores comemoraram aprovação do PL

Por unanimidade, o plenário da Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou na tarde desta terça-feira (30) o Projeto de Lei (PL) nº 236, de autoria do deputado Zé Inácio (PT), que prevê a contratação de vigilância armada nas agências bancárias durante 24 horas por dia, inclusive aos finais de semana e feriados. O PL faz parte das ações da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) para garantir mais segurança e emprego, e o Estado foi liderado pelo Sindicato dos Vigilantes do Maranhão (Sindvig-MA).

Durante a defesa do PL, Inácio reforçou que o PL foi elaborado em parceria com o Sindvig-MA. Segundo ele, além de garantir mais segurança nos estabelecimentos bancários, o Projeto também valoriza a vida. "Logicamente

Plenário aprovou por unanimidade PL que garante vigilância armada nas agências bancárias 24 horas por dia

tem outras questões que são importantes no âmbito desse projeto, mas acima de tudo se valoriza a vida com mais segurança nos estabelecimentos bancários", afirmou.

Ele acrescentou que a ideia é que este projeto reforçará um conjunto de ações do Sistema de Segurança Pública do Estado, na medida em que os assaltos e roubos nos estabelecimentos bancários, inclusive em caixas eletrônicos, têm acontecido em mais de 80% no período noturno.

Atualmente a maioria dos assaltos ocorre em finais de semana e feriados, período em que as agências não dispõem de segurança privada. "Essa medida contribui com a segurança pública, tendo em vista que aumenta a possibilidade de parceria entre a segurança privada com a Polícia Militar. Os vigilantes, portanto, atuarão de forma preventiva, tendo em vista que ficarão 24h nas agências e, com certeza, evitarão futuros roubos e assaltos nos estabelecimentos bancários", destacou.

Zé Inácio reafirmou a ideia da geração de emprego. "A medida também gerará emprego para essa categoria de vigilantes que também é muito aguerrida e precisa que a sua corporação seja valorizada", salientou.

A vitória na Assembleia Legislativa veio após intenso ataque patronal. Segundo o secretário Geral do Sindvig-MA e diretor da CNTV Daniel Pavão, a Fenaban enviou ofícios a todos os deputados na tentativa de impedir a aprovação do PL. "Eles lucram milhões e milhões todos os anos e se recusam a investir em segurança. Essa foi mais uma vitória da categoria contra as investidas patronais de precarizar nosso trabalho", afirmou Pavão.

"Muito se cobra do Poder Público em relação à segurança, e é correto, mas é mais correto ainda cobrar dos bancos, porque ninguém nesse País lucra mais do que banco. E os bancos devem investir em segurança pública. Portanto, é uma luta necessária que vai gerar oportunidade de emprego, mas, sobretudo, vai fortalecer uma necessidade fundamental da população, que é mais segurança bancária", declarou Bira do Pindaré, primeiro deputado que ocupou a tribuna para elogiar o projeto do deputado Zé Inácio.

Fonte: CTV com informações da ALE/MA

Vigilantes da Bahia continuam em greve após rodada de negociação desta terça-feira (30)

Após quase 4 horas de negociação na sede da Superintendência Regional do Trabalho da Bahia (SRT/BA), a greve dos vigilantes continua em todo o Estado

Rodada de negociação durou quase 4 horas e acabou sem acordo. Nova reunião será realizada amanhã (1), no MPT

Mais uma rodada de negociação sem avanços e com propostas patronais vergonhosas entrou para a conta. Pela nona vez, os empresários se recusaram a atender às reivindicações dos trabalhadores e insistiram em precarizar o trabalho daqueles que garantem seus lucros exorbitantes. A rodada de negociação da Campanha Salarial dos vigilantes da Bahia foi realizada nesta terça-feira (30), na Superintendência Regional do Trabalho (SRT). Após quase quatro horas, a reunião acabou sem avanços.

Enquanto os trabalhadores lutam por reajuste salarial e no tíquete alimentação, piso de R$ 1.500 e cota de 30% para as mulheres, os patrões afrontam a categoria com proposta de reajuste de 1% e prorrogação da jornada de trabalho para 12 horas, alterando um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado com os vigilantes em 2012.

Manifestação

Antes da negociação, os trabalhadores realizaram mais uma manifestação. Todos os dias a categoria sai às ruas para denunciar a intransigência patronal e denunciar à população o verdadeiro motivo da greve. “Os patrões tentam colocar a culpa em nós, trabalhadores, mas a verdade é que os bancos, INSS e tantos outros órgãos fechados estão assim por culpa deles, que abusam da categoria e não negociam de forma justa. Não aceitaremos essas afrontas e continuaremos com o movimento quanto tempo for necessário”, enfatizou o presidente do Sindvigilantes-BA e da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura.

Nova reunião está marcada para amanhã (1º), às 13h, no Ministério Público do Trabalho (MPT).

O Sindicato convoca a categoria para continuar pressionando os patrões e participando das atividades da entidade.

Fonte: CNTV

UNI Américas se solidariza aos companheiros da Bahia e manifesta apoio à greve

Montevideo, 30 de mayo de 2017

Jose Boaventura
Presidente de la Confederaçao Nacional dos Vigilantes
Bahia, Brasil
Presente

Estimado compañero,

Desde UNI Américas, regional de UNI Sindicato Global, la federación sindical internacional que agrupa a los trabajadores y las trabajadoras del sector servicios, con más de 20 millones de miembros y de 900 sindicatos afiliados, nos dirigimos a usted para expresar todo nuestro apoyo a la CNTV y a los trabajadores y trabajadoras que en Bahia están ejerciendo su legítimo derecho a huelga.

A todos aquellos trabajadores que arriesgan su vida todos los días queremos hacerles saber que no están solos y que apoyamos su justo reclamo por salarios justos, dignidad y seguridad en el trabajo.

Asimismo, llamamos a las empresas a que finalmente se sienten a escuchar y a negociar con los trabajadores y respeten el derecho a la negociación colectiva.

UNI Américas hace un llamado a nuestras afiliadas en Brasil para expresar su solidaridad para con una de nuestras organizaciones del sector de la vigilancia y seguridad privada.

En solidaridad,

Marcio Monzane
Secretario Regional

Marvin Largaespada
Director Regional

UNI Americas | Edificio Centro – Colonia 993 Apto 101 | Montevideo | Uruguay Tel: +598 2900 05 00 | Fax: +598 290 300 83 | http://uniglobalunion.org/es |

Em publicação desta terça-feira (30), a UNI Américas defendeu a greve dos vigilantes da Bahia e exigiu dos empresários uma negociação séria e que respeite os direitos da negociação coletiva. Leia abaixo a íntegra do documento.

Prezado companheiro José Boaventura,

A UNI Américas, regional da UNI Sindicato Global, federação sindical internacional que agrupa trabalhadores do setor de serviços, com mais de 20 milhões de membros e 900 sindicatos filiados, se dirige a você para expressar todo nosso apoio à CNTV e aos trabalhadores e trabalhadoras que estão exercendo seu legítimo direito de greve na Bahia.

A todos aqueles trabalhadores que arriscam sua vida todos os dias, queremos que saibam que não estão sós e que apoiamos sua justa reivindicação por salários justos, dignidade e segurança no trabalho.

Também chamamos as empresas para que finalmente se sentem para escutar e negociar com os trabalhadores, e respeitem o direito à negociação coletiva.

A UNI Américas faz um chamado às nossas entidades afiliadas o Brasil para que também expressem sua solidariedade com uma de nossas organizações do setor de vigilância e segurança privada.

Abaixo, o texto original, em espanhol.

Estimado compañero,

Desde UNI Américas, regional de UNI Sindicato Global, la federación sindical internacional que agrupa a los trabajadores y las trabajadoras del sector servicios, com más de 20 millones de miembros y 900 sindicatos afiliados, nos dirigimos a usted para expresar todo nuestro apoyo a la CNTV y a los trabajadores y trabajadoras que em Bahia stán ejerciendo su legítimo derecho a huelga.

A todos aquellos trabajadores que arriesgan su vida todos los dias queremos hacerles saber que no están solos y que apoyamos su justo reclamo por salarios justos, dignidad y seguridad em el trabajo.

Asimismo, llamamos a las empresas a que finalmente se sienten a escuchar y a negociar con los trabajadores y respeten el derecho a la negociacón colectiva.

UNI Américas hace un llamado a nuestras afiliadas em Brasil para expresar su solidariedad para con una de nuestras organizaciones del sector de la vigilancia y seguridad privada.

Fonte: CNTV

STF autoriza Polícia Federal a interrogar Michel Temer

Decisão do ministro Fachin desmembrou inquéritos envolvendo Aécio e Temer. Investigação, de acordo com o tribunal, deve ser concluída em até 10 dias. Deputados do Paraná não querem ministério

O presidente da República, Michel Temer, será interrogado pela Polícia Federal no inquérito em que é investigado, referente à gravação de conversa entre ele e o empresário Joesley Batista, da JBS, no último dia 17 de maio. O ministro Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu que o presidente deve responder às perguntas dos policiais dentro do rito do inquérito. As perguntas poderão ser encaminhadas por escrito, e o prazo para respostas será de 24 horas.

Fachin desmembrou o inquérito em dois. O primeiro, referente à conversa entre Temer e Joesley Batista passou a ter como alvos o próprio presidente e o deputado afastado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), seu ex-assessor. O segundo, voltado apenas para a situação do senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG), também flagrado em conversas comprometedoras com o mesmo empresário, entre outras.

A divulgação da decisão de Fachin autorizando o interrogatório é mais uma situação de fragilidade para o governo Temer faltando poucos dias para o julgamento sobre a chapa eleitoral que o elegeu vice-presidente, em 2014, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Também chega em um momento de tumulto, com a recusa do ex-ministro da Justiça, o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), de assumir o ministério da Transparência e de muitas indefinições sobre o apoio de parlamentares ao Executivo.

Pressionado a tirar Serraglio da Justiça – pasta que em tese deveria comandar a Polícia Federal –, Temer viu seu ex-assessor Rocha Loures em maus lençóis, já que este ocupava como suplente a cadeira de Serraglio na Câmara. A possibilidade de Rocha Loures manter o posto de parlamentar e o foro privilegiado para responder a processos na Justiça seria algum colega de seu estado deixar a Câmara para assumir um dos ministérios vagos: Transparência ou Cultura.

Os deputados João Arruda, Hermes Parcianello e Sérgio Souza – todos do PMDB do Paraná – não estariam dispostos a encarar a tarefa.

A decisão de Fachin foi comemorada por oposicionistas e muita gente chegou a suscitar, de forma equivocada, a possibilidade de já ter sido autorizada a abertura de processo contra o presidente. Na verdade, o que foi autorizado foi o interrogatório – o que, na opinião de operadores de Direito, não é uma coisa simples de ser autorizada pelo Judiciário em relação ao chefe do Executivo.

O interrogatório poderá ser feito por escrito, mas terá de ser respondido pelo presidente 24 horas após a entrega das perguntas pela Polícia Federal. E a intenção do ministro Fachin, conforme ele deixou claro na peça jurídica que elaborou, é o envio célere por parte do seu gabinete de todos os documentos para a PF, como forma de adiantar os trabalhos e fazer com que as informações sejam obtidas dentro de, no

máximo, dez dias.

Obstrução de Justiça

No documento, o ministro Edson Fachin praticamente repete que o objetivo da investigação é apurar se na conversa que teve com Joesley Batista, em março passado, Michel Temer apenas ouviu, sem demonstrar ter apoiado as atitudes do empresário, ou se "deu aval para o pagamento de propina ao ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), com o objetivo de silenciá-lo numa possível delação premiada" – o que pode ser configurado como obstrução de Justiça, além do crime de corrupção.

Fachin incluiu nos autos o parecer do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, sobre o caso. De acordo com Janot, a partir do momento em que confirmou o diálogo, Michel Temer, quando se explicou por meio de pronunciamentos, fez o que ele chamou de "confissão extrajudicial". Janot também ressaltou no parecer que, além de não ter negado o encontro, o presidente da República confirmou que o empresário lhe relatou ter cometido fatos criminosos e, por isso, tinha a obrigação de ter comunicado a conversa às autoridades competentes logo após o episódio.

Assim que foi divulgada, a notícia repercutiu no Congresso Nacional e no meio político como um todo. "Estamos vendo um presidente que não tem a mínima condição de governar e só está tentando se sustentar no cargo para ganhar tempo em relação à sua situação com a Justiça", disse o ex-secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho. "Essa autorização mostra os motivos que levam à resistência dele (Temer) em deixar o cargo, mesmo diante de sua desmoralização política e pessoal. Seus feitos estão vindo todos à tona", destacou o senador Lindbergh Farias (PT-RJ).

"Este é mais um processo em meio à crise política que vamos superar. O importante é votarmos as matérias importantes na Casa", desconversou o líder do partido de Temer na Câmara, Baleia Rossi (SP).

'Cabeça de juiz'

Para um ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que evitou se manifestar em público, a decisão de Fachin representa uma espécie de tomada de providências por parte do Judiciário no sentido de fazer andar o inquérito, em vez de aguardar uma iniciativa do Legislativo em relação a Michel Temer. Uma vez que o ministro estabeleceu prazo de dez dias para retorno das explicações do presidente à Polícia Federal, assim que for enviado o interrogatório.

"Nenhum magistrado que faça isso pretende demorar com o inquérito e a tendência é que o ministro peça a abertura de processo contra Temer sim", avaliou este ministro. Caso isto venha a acontecer, se o STF transformar o presidente da República em réu, Temer será afastado imediatamente do cargo por um período de 60 dias e assumirá, neste período, o próximo na linha de sucessão – no caso, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (PMDB-RJ).

No curso de 60 dias, se o Supremo não julgar o processo, o presidente retoma sua cadeira, assim como também retorna ao cargo se for inocentado. Se for julgado culpado, não retorna mais, devendo cumprir com a penalidade que lhe for aplicada. "O problema é tentar adivinhar como pensam os 11 ministros que integram o colegiado do tribunal hoje, por mais que muitos deles deem suas declarações contrárias ao presidente", destacou esse ministro, que lembrou uma antiga frase, repetida nos tribunais: "ninguém sabe o que pode sair da cabeça de um juiz".

Fonte: Rede Brasil Atual

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Abdelaziz
Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF